

O atraso avançou no Emendão

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

O Emendão proposto pelo governo federal, assim como o Projeto de Reconstrução Nacional, à sua época, deveriam ser objeto de discussão mais ampla por toda a sociedade brasileira. Fundamentalmente porque ambos estabelecem as bases dentro das quais a economia deverá e poderá se mover no futuro.

As reformas que vêm sendo executadas desde o início do governo Collor, mais as propostas contidas no chamado Projetão, desenham os contornos de uma economia em que o investimento privado deverá liderar o processo de acumulação, ao contrário do que ocorreu no passado, quando esse papel coube ao investimento público.

Ou seja, uma economia com menos Estado responsável pela oferta de bens, infra-estrutura, insumos básicos. Desenham também o contorno de uma economia que privilegie a eficiência e a competitividade.

As reformas estruturais essenciais para a modernização da economia brasileira mais a estabilização são condições necessárias para a retomada do desenvolvimento econômico. Entretanto, não são suficientes, uma vez que falta definir as fontes de financiamento desse crescimento. Ademais, o financiamento deve servir para apoiar setores produtivos em suas estratégias de expansão e reestruturação, em que a capacitação tecnológica e a reorganização da produção serão determinantes para a competitividade brasileira.

Quanto às fontes de financiamento, há uma expectativa de que uma consistente renegociação da dívida externa e os avanços contidos nas propostas liberalizantes — abertura do comércio exterior, reconhecimento de produtos e patentes, lei de informática, abertura ao capital externo, etc. — propiciem a integração do Brasil na rota dos fluxos financeiros, comerciais e tecnológicos atualmente em processo de redefinição em nível mundial. Isso, somado à própria estabilização da economia, deverá propiciar o ingresso de novos capitais. Entretanto, este é um processo demorado e no qual teremos de enfrentar uma séria concorrência internacional.

Esse conjunto de fatores torna maior a importância das fontes de financiamento interno principalmente no "início" do trajeto de recuperação da economia.

E sob este prisma que vale a pena esclarecer e propor a discussão de um dos pontos contidos



na atual proposta do Executivo, aquela referente à utilização de parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para programas de investimento público e refinanciamento das dívidas dos Estados.

Atualmente esses recursos compõem parte importante do orçamento do Sistema BNDES. Como é sabido, o mercado financeiro do País não dispõe de recursos, em quantidade, prazos e custos compatíveis com as necessidades que são e serão exigidas em período de recuperação da economia. Aquela instituição tem sido, por anos e anos, a única a oferecer recursos para o investimento de médio e longo prazo. Ademais, por contar com fontes originárias de captação compulsória, tem podido estabelecer taxas de juros indutoras do investimento.

Parece, portanto, que a proposta apresentada — no que tange à retirada de recursos, cuja magnitude não é irrelevante, do financiamento do investimento privado para o investimento público — não guarda coerência nem com o espírito da reforma do Estado apresentado no início do governo Collor nem com a estratégia desenhada para a recuperação do desenvolvimento.

Parece também difícil de se justificar a destinação de parte desses recursos para o refinanciamento da dívida dos Estados. Não poderá haver dúvidas de que o investimento privado, e não este refinanciamento, é a forma mais adequada de assegurar o patrimônio do trabalhador. Finalmente, causa ainda estranheza que a proposta original apresentasse leque mais amplo de recursos destinados ao investimento público e ao refinanciamento da dívida dos Estados — Fundo do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, Finor, Finam, Pin Proterra — e que na proposta atual só tenham permanecido este último e o FAT.

Sabemos quão grandes somas de recursos esses fundos compõem e sabemos quão pequenos têm sido os resultados em termos de geração de riqueza, emprego e renda para as regiões. Mas parece claro que os argumentos e as pressões políticas venceram os argumentos e as imposições da modernidade: compromisso com resultados, com desempenho operacional, com eficiência.

É bom lembrar que os maiores perdedores neste caso serão, além do País como um todo, os empresários, uma vez que se comprometerá a sustentação de programas já contratados e se causará a suspensão do apoio a novas operações.

□ Zélia Cardoso de Mello foi ministra da Economia, Fazenda e Planejamento e é presidente do Instituto Brasil.